

Conselho Federal de Química CFQ

Relatório circunstanciado relativo à conformidade, aos
controles internos e à exposição a riscos da Instituição
Resultado Final

Sumário

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	4
1. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS	5
1.1 Metodologia COSO e Matriz de Risco	5
1.2 Escopo do Trabalho	5
1.2.1 Macroprocesso da função administrativa	5
1.2.2 Macroprocesso da função financeira	6
1.2.3 Macroprocesso da função pessoas	6
1.2.4 Macroprocesso da tecnologia da informação.....	7
1.2.5 Macroprocesso da função controles de governança e gestão	7
1.2.6 Macroprocesso de comunicação.....	8
1.2.7 Macroprocesso da assessoria jurídica	8
1.3 Resumo dos pontos e riscos identificados	9
2. RISCOS IDENTIFICADOS E DEFICIÊNCIAS DE CONTROLE.....	12
2.1 Macroprocesso da função administrativa	12
2.1.1 Ausência de declarações	12
2.1.2 Inconsistências de informações na fiscalização e prestação do serviço.....	12
2.1.3 Ausência de evidências.....	12
2.1.4 Ausência de assinaturas - checklist de documentos.....	13
2.1.5 Ausência de assinatura - Homologação	13
2.1.6 Ausência de termo de adjudicação - Jurídico.....	13
2.1.7 Inconsistência - Mapa de Riscos.....	13
2.1.8 Inconsistências estoque	14
2.1.9 Ausência de informações reavaliação - Patrimônio	14
2.1.10 Limitação de Escopo - Patrimônio	14
2.1.11 Limitação de Escopo - Estoque.....	14
2.2 Macroprocesso da função financeira	15
2.2.1 Limitação de Escopo	15
2.2.2 Ausência de avaliação posterior - Convênios.....	15
2.3 Macroprocesso da função pessoas	15
2.3.1 Processos manuais	15
2.3.2 Ausência de documentos - Dossiês.....	16
2.3.3 Avaliação de desempenho	16
2.4 Macroprocesso Tecnologia da Informação	16
2.4.1 Política de Segurança da Informação (POSIN) sem ciência de colaboradores ..	16
2.4.2 Ausência de inventário completo dos ativos de software	16

2.4.3	Realização de backups manuais.....	17
2.4.4	Políticas desatualizadas	17
2.5	Macroprocesso da função controles de governança e gestão	17
2.5.1	Plano de Gestão Anual da Ouvidoria (PGA0).....	17
2.6	Macroprocesso de comunicação.....	18
2.6.1	Ausência de métricas econômicas no PPA	18
2.6.2	Não cumprimento de metas	18
2.7	Macroprocesso de assessoria jurídica	18
2.7.1	Ausência de comunicação e provisionamento de contingências.....	18
2.7.2	Ausência de norma interna para provisionamento de processos	18
2.7.3	Ausência de sistema de acompanhamento processual.....	19
3.	Matriz de risco com apontamentos	19
4.	Matriz de risco residual	20
5.	Considerações Gerais	20

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Aos

Gestores, administradores e conselheiros do

CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA - CFQ

Brasília/DF

Prezados Senhores,

Apresentamos nosso relatório de levantamento de riscos e fragilidades de controle interno com base na estrutura integrada de controle interno definida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)* referente ao Resultado Final dos ciclos avaliativos independentes.

O objetivo deste trabalho consistiu em obter evidências objetivas sobre o ambiente e os controles internos da Instituição a partir dos achados apresentados em relatórios preliminares, avaliando as ações tomadas pela instituição e identificando os eventos que possam interferir no desempenho e ocasionar riscos acentuados. O trabalho também realizou avaliação dos procedimentos e riscos associados ou riscos potenciais e nova classificação de risco diante dos eventos.

Os procedimentos foram executados conforme contratado e não inclui todos os procedimentos normalmente praticados em auditorias ou outros trabalhos de assecuração, conforme as normas brasileiras e internacionais de auditoria e revisão, NBC TO 3000 - Trabalhos de assecuração diferentes de auditoria e revisão e demais normas de assecuração ou NBC TSC 4400 - Trabalhos de procedimentos previamente acordados.

Caso tivéssemos aplicado procedimentos adicionais ou realizado uma auditoria ou revisão das demonstrações financeiras de acordo com as normas de auditoria ou de revisão aplicáveis no Brasil (NBC TA ou NBC TR), outros assuntos poderiam ter vindo ao nosso conhecimento, os quais teriam sido relatados. Dentro do escopo deste trabalho, não expressamos qualquer assecuração (positiva ou negativa), nem prestamos qualquer garantia quanto à adequação dos saldos contábeis apresentados nas demonstrações financeiras do Conselho. Adicionalmente, também não expressamos um parecer jurídico/legal sobre eventos ou assuntos fiscais e tributários.

O relatório apresentado destina-se ao uso exclusivamente interno do Conselho Federal de Química e, portanto, não deve ser utilizado para qualquer outro fim ou distribuído a terceiros, haja vista que outros, por desconhecimento dos motivos da aplicação dos procedimentos, poderão interpretar de forma errônea os resultados apresentados.

Dentro do objetivo proposto, as verificações foram realizadas obedecendo à programação previamente estabelecida e os comentários são apresentados conforme metodologia abordada na seção “Metodologia e Procedimentos”.

Natal, Rio Grande do Norte.

06 de março de 2024.

Emerson Auditores e Consultores S/S
Auditores Independentes
CRC/RN 547/O-8 “S”DF

Felipe da Silva Moreira
Contador
CRC/RN 10940/O-5 “S”DF

1. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

1.1 Metodologia COSO e Matriz de Risco

Neste trabalho foi utilizado a metodologia de avaliação dos controles internos referente as áreas verificadas, com base no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, considerando que os controles devem atuar em todos os níveis da organização, que os processos possuem riscos potenciais e que o controle interno deve ser parte integrante das políticas da organização para minimizar ou mitigar estes riscos, independentemente de onde possa ocorrer.

Com base na metodologia do COSO, o trabalho consiste no procedimento de identificar, avaliar, analisar, mensurar e responder os riscos existentes ou riscos potenciais. Nesse sentido, os riscos identificados serão classificados conforme a matriz de risco a seguir, a qual relaciona a probabilidade de ocorrência de um evento e o nível de risco a que está exposto. A matriz de risco utilizada está em conformidade com a matriz utilizada no CFQ.

IMPACTO	Catastrófico	5	10	15	20	25
	Grande	4	8	12	16	20
	Moderado	3	6	9	12	15
	Pequeno	2	4	6	8	10
	Insignificante	1	2	3	4	5
		Muito Baixa	Baixa	Possível	Alta	Muito Alta
PROBABILIDADE						

1.2 Escopo do Trabalho

Avaliação das ações promovidas pelo CFQ e evidências a partir dos achados preliminares de auditoria contemplando os seguintes macroprocessos:

1.2.1 Macroprocesso da função administrativa

i. Planejamento de Contratações: avaliar se o marco regulatório está sendo observado no planejamento das contratações realizadas no âmbito do Conselho Federal de Química;

ii. Compras e Contratações: verificar se as compras e contratações estão sendo realizadas de acordo com os preceitos legais, modalidades utilizadas, bem como dispensas e inexigibilidades, e se estão instruídas em processos físicos (e/ou digitais) que atendam a toda formalidade relacionada à transparência e à prestação de contas;

iii. Gestão de Contratos: aferir se os mecanismos relacionados às fiscalizações técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente aos setores está em conformidade com os marcos regulatórios;

iv. Fiscalização de Contratos: averiguar se os atores envolvidos na fiscalização, à luz do marco regulatório, estão, de fato e de direito, cumprindo as suas obrigações;

v. Suprimento de Fundos: apreciar os procedimentos e o fluxo de concessão, aplicação e prestação de contas do suprimento de fundos, com vistas a certificar se os atos estão em conformidade com os normativos legais e institucionais;

vi. Estoque: apurar se as movimentações e avaliação de tratamento do estoque estão adequadas às boas práticas, e se há compatibilidade entre o saldo físico e o contábil; e

vii. Patrimônio: analisar os bens, móveis e imóveis, a respeito da representação do inventário físico e sua compatibilidade com registros contábeis.

1.2.2 Macroprocesso da função financeira

i. Contas a pagar: verificar a consistência dos procedimentos de controle adotados para a fixação de despesas, programações para pagamento de títulos, compensações de débitos e os demais processos em relação ao reflexo financeiro no patrimônio;

ii. Contas a receber: examinar a consistência dos procedimentos para reconhecimento, lançamento e controle, registro de direitos a receber e os demais processos em relação ao reflexo financeiro no patrimônio;

iii. Prestação de Contas de Convênio: assegurar que os processos de prestação de contas estejam instruídos, padronizados e em conformidade com o marco regulatório;

iv. Inadimplência/Dívida Ativa: verificar se a mensuração, o reconhecimento e a gestão da inadimplência são feitos segundo os normativos legais e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis ao Setor Público; e como são feitos os registros, na dívida ativa, dos débitos não pagos, bem como a diretriz para cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;

v. Planejamento e Gestão Orçamentária: avaliar a efetividade do estabelecimento e cumprimento das diretrizes orçamentárias, do processo de planejamento e gestão orçamentária em conformidade com os preceitos legais aplicáveis à matéria; e

vi. Gestão Contábil: certificar a efetividade do processo de reconhecimento, mensuração, registro dos fatos contábeis; bem como da publicação dos relatórios contábeis no sítio oficial do CFQ.

1.2.3 Macroprocesso da função pessoas

i. Folha de pagamento: verificar se os processos de admissão, demissão, férias, 13º salário, benefícios, obrigações sociais, principais e acessórias, e demais temas afetos às áreas desse macroprocesso, cujo processo será analisado à luz da legislação trabalhista vinculada ao tema, e como se dá a integração entre a folha de pagamento e a contabilidade;

ii. Benefícios: analisar o cumprimento dos normativos internos relacionados à concessão de benefícios aos colaboradores do Conselho Federal de Química;

iii. Obrigações sociais: verificar se todas as obrigações sociais (principais e acessórias) estão sendo atendidas pelo Conselho Federal de Química, e se as certidões de regularidade estão em dia;

iv. Avaliação de Desempenho: examinar se os procedimentos executados estão em conformidade com os normativos internos e de que forma os resultados auferidos estão sendo utilizados para a elaboração de políticas de gestão de pessoas;

v. Treinamento e Desenvolvimento: avaliar como o processo de capacitação dos colaboradores tem auxiliado o crescimento profissional a partir da realização de treinamentos, que se referem a iniciativas pontuais de curto prazo; e das iniciativas de desenvolvimento, que se revestem de práticas de longo prazo; e o retorno dos conhecimentos adquiridos na melhoria da governança

e da gestão do CFQ, principalmente no que se refere aos produtos e serviços prestados e a sua agregação de valor à sociedade e aos registrados (empresas e profissionais da química);

vi. Gestão do Clima Organizacional: verificar o instrumento de medição do clima organizacional, e de que forma os resultados auferidos estão sendo utilizados para a elaboração de políticas de gestão de pessoas; e

vii. Administração de Pessoal: analisar como é feita a governança de pessoal no âmbito do CFQ, por meio da avaliação do cumprimento dos princípios de capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, e transparência.

1.2.4 Macroprocesso da tecnologia da informação

i. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC): averiguar o processo de elaboração e execução do PDTIC, e se o referido instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação tem atendido às necessidades tecnológicas e de informação do CFQ; e se está aderente ao Plano de Continuidade de Negócio (PCN) da entidade;

ii. Plano de Ação de Tecnologia da Informação e Comunicação (PATIC): avaliar o processo de elaboração do PATIC, e se sua efetivação tem auxiliado na execução do planejado e no alcance das metas, alinhadas ao PDTIC;

iii. Política de Segurança da Informação (PSI): examinar a aplicação da PSI, a fim de verificar se os controles que se aplicam à segurança da informação, especialmente por meio da análise de objetos e seus pontos de controle, vis-à-vis a probabilidade de ameaças às informações críticas sobre as quais atuam esses controles;

iv. Gestão de Ativos de Tecnologia da Informação: verificar o processo de identificação de como os ativos do setor de Tecnologia da Informação estão sendo usados (softwares gerais e de segurança, equipamento e outros), para fins de análise de como os resultados da gestão e como esses dados são utilizados para a prospecção de investimentos em tecnologia, para a mensuração da utilização efetiva e correta dos ativos tecnológicos, para o controle de gastos, para organização e padronização das tecnologias utilizadas no CFQ;

v. Gestão de Backup: analisar se a rotina de backup programado está sendo realizada na frequência adequada (completo, diferencial ou incremental); verificar a integridade dos dados nas cópias de segurança bem como a qualidade do armazenamento das cópias (por tipo de mídia - físicas ou nuvem); proceder a realização de testes contínuos de verificação dos dados que são copiados e armazenados, identificando e corrigindo erros; aferir a geração de relatórios diários e da correta documentação dos mesmos, incluindo problemas e dados salvos; e

vi. Respostas a incidentes cibernéticos: verificar a elaboração e execução de Plano de Resposta a Incidente de Segurança Cibernética (IRP), com destaque para as definições de incidentes e descrição dos procedimentos que serão executados quando um incidente ocorrer.

1.2.5 Macroprocesso da função controles de governança e gestão

i. Gestão de Riscos aplicada às contratações e às execuções contratuais: verificar os procedimentos e sistemas utilizados para mitigar riscos, em função do que dispõe os normativos legais relacionados às contratações e às execuções contratuais;

ii. Programa de Integridade (Portaria CGU n° 57, de 4 de janeiro de 2019): avaliar a elaboração do Programa de Integridade, a mensuração do Risco de Integridade e a execução do Plano de Integridade no âmbito do CFQ;

iii. Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n° 13.709, de 14 de agosto de 2018): avaliar a conformidade dos processos e atividades desenvolvidas pelo CFQ frente às diretrizes da LGPD, com destaque para a mitigação dos riscos relacionados ao normativo, geração de políticas e

procedimentos, implementação da adequação, governança e monitoramento e aplicação das melhores práticas com vistas ao cumprimento do marco regulatório;

iv. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011): verificar o cumprimento das diretrizes legais relacionadas à transparência e ao acesso à informação, o nível de transparência do órgão e a governança da transparência no âmbito do CFQ;

v. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000): examinar os mecanismos de cumprimento do marco regulatório, em especial àqueles relacionados à transparência, controle e fiscalização;

vi. Código de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos (Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017): analisar de que forma, nos termos do marco regulatório, tem ocorrido a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos no âmbito do CFQ;

vii. Planejamento e Gestão da Estratégia: avaliar de que maneira é realizado o planejamento e a gestão da estratégia; como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazos; e de que modo os resultados alcançados são utilizados nos processos de reformulação e realinhamento das ações e atividades do CFQ; e

viii. Gestão Documental: averiguar em qual estágio se encontram os procedimentos relacionados ao tema, com ênfase no Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação dos Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim (Portaria nº 398, de 25 de novembro de 2019), procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo (Portaria Interministerial MJ/MP nº 1.677, de 7 de outubro de 2015), e uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo (Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015).

1.2.6 Macroprocesso de comunicação

i. Planejamento Anual de Comunicação: verificar o alinhamento do Planejamento Anual de Comunicação ao Planejamento Estratégico 2018 - 2028 e ao Plano Plurianual 2022 - 2024; e se o planejamento tem como referência os princípios e diretrizes da comunicação do Poder Executivo Federal (Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008);

ii. Relatório de Execução do Plano Anual de Comunicação: avaliar a efetividade da execução do planejamento anual de comunicação; o cumprimento das metas, dos fluxos de comunicação interna e externa; a eficácia dos canais de comunicação; execução orçamentária (Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008); e

iii. Efetividade da comunicação por meio dos Indicadores-Chaves de Performance (KPIs): examinar o processo de monitoramento da efetividade da comunicação do CFQ por meio de KPIs estabelecidos pelo órgão e àqueles KPIs consagrados pelas melhores práticas, com foco nas atividades executadas (qualidade e quantidade), no processo de comunicação (alcance e cobertura), nos objetivos alcançados (interesse, retenção, confiança e percepção de valor), na eficiência (relação custo-benefício das ações) e na contribuição dos resultados para o alcance dos objetivos estratégicos do CFQ.

1.2.7 Macroprocesso da assessoria jurídica

i. Atuação na aplicação da NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: verificar como se desenvolve o processo de gestão das provisões e passivos contingentes, com ênfase nas questões relacionadas ao reconhecimento e divulgação;

ii. Gestão do Contencioso do Conselho Federal de Química: avaliar o processo de tratamento das demandas judiciais em andamento, bem como as iniciativas relacionadas à prevenção de novos problemas que possam levar a entidade a sofrer novos processos;

iii. Fluxo de demanda de pronunciamento da Assessoria Jurídica: apreciar a sistemática de demanda de pronunciamento da Assessoria Jurídica; e

iv. Aplicação das orientações proferidas pela Assessoria Jurídica: checar como os demandantes aplicam as orientações proferidas pela Assessoria Jurídica.

1.3 Resumo dos pontos e riscos identificados

A seguir apresentamos o resumo dos pontos identificados na auditoria e aplicação dos riscos conforme a matriz institucionalizada pelo CFQ:

Área	Sub-Processo	Assunto	Impacto	Probabilidade	Matriz	Risco residual
Macroprocesso Administrativo	Compras e Contratações	Ausência de declarações	3	1	3	Pequeno
Macroprocesso Administrativo	Gestão/Fiscalização de Contratos	Inconsistências nas Datas de ordem de Serviço e sua prestação	3	1	3	Pequeno
Macroprocesso Administrativo	Gestão/Fiscalização de Contratos	Ausência de evidências	3	1	3	Pequeno
Macroprocesso Administrativo	Gestão/Fiscalização de Contratos	Ausência de padronização de arquivamento	2	1	2	Pequeno
Macroprocesso Administrativo	Gestão/Fiscalização de Contratos	Inconsistências nas Datas de prestação de serviço e fiscalização	2	1	2	Pequeno
Macroprocesso Administrativo	Gestão/Fiscalização de Contratos	Inconsistências nas Datas de ordem de Serviço e Ausência de assinaturas	2	1	2	Pequeno
Macroprocesso Administrativo	Compras e Contratações	Ausência de assinaturas - Checklist	2	1	2	Pequeno
Macroprocesso Administrativo	Compras e Contratações	Ausência de assinaturas - Autorização Diretoria	2	1	2	Pequeno
Macroprocesso Administrativo	Compras e Contratações	Ausência de assinaturas - Ausência de termo Homologação Jurídica	2	1	2	Pequeno
Macroprocesso Administrativo	Compras e Contratações	Mapa de riscos de forma equivocada	2	1	2	Pequeno
Macroprocesso Administrativo	Estoque	Divergência entre itens do Estoque	3	1	3	Pequeno
Macroprocesso Administrativo	Estoque	Divergência de saldo do Estoque	3	1	3	Pequeno
Macroprocesso Administrativo	Patrimônio	Limitação de Escopo	4	2	8	Alto

Macroprocesso Administrativo	Patrimônio	Ausência de documentação de reavaliação	3	2	6	Moderado
Macroprocesso Administrativo	Estoque	Limitação de Escopo	3	1	3	Pequeno
Macroprocesso Financeiro	Contas a Pagar	Limitação de Escopo	3	1	3	Pequeno
Macroprocesso Financeiro	Convênios	Ausência de avaliação posterior e evidências	3	2	6	Moderado
Macroprocesso Pessoas	Folha de Pagamento e Benefícios	Processos manuais	3	1	3	Pequeno
Macroprocesso Pessoas	Folha de Pagamento e Benefícios	Ausência de documentos	2	1	2	Pequeno
Macroprocesso Pessoas	Avaliação de Desempenho	Formulários de avaliação de desempenho pro forma.	1	3	3	Pequeno
Macroprocesso Tecnologia da Informação	Política da Segurança da Informação (POSIN)	Ausência de ciência da POSIN pelos colaboradores	3	1	3	Pequeno
Macroprocesso Tecnologia da Informação	Gestão de Ativos de Tecnologia da Informação	Ausência de inventário completo dos ativos de software	3	1	3	Pequeno
Macroprocesso Tecnologia da Informação	Gestão de Backups	Realização de Backups de forma manual	1	1	1	Pequeno
Macroprocesso Tecnologia da Informação	Plano de Ação de Tecnologia da Informação e Comunicação (PATIC)	PATIC desatualizada	1	1	1	Pequeno
Macroprocesso Tecnologia da Informação	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)	PDTIC desatualizada	1	1	1	Pequeno
Macroprocesso Governança e Gestão	Programa de Integridade	Plano de Gestão Anual da Ouvidoria (PGAO)	1	1	1	Pequeno
Macroprocesso Comunicação	Planejamento anual de comunicação	Ausência de métricas econômicas de receita	1	3	3	Pequeno
Macroprocesso Comunicação	Efetividade da comunicação por meio dos Indicadores-Chaves de Performance (KPIs)	Não cumprimento das metas planejadas	2	1	2	Pequeno

Macroprocesso Assessoria Jurídica	Atuação na aplicação da NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Ausência de comunicação e provisionamento de contingências	3	1	3	Pequeno
Macroprocesso Assessoria Jurídica	Gestão do Contencioso do Conselho Federal de Química	Ausência de sistema de acompanhamento processual	2	2	4	Moderado
Macroprocesso Assessoria Jurídica	Atuação na aplicação da NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Ausência de norma interna do setor para tratamento de processos	3	1	3	Pequeno

2. RISCOS IDENTIFICADOS E DEFICIÊNCIAS DE CONTROLE

2.1 Macroprocesso da função administrativa

2.1.1 Ausência de declarações

Risco Preliminar: **Crítico**

Subprocesso: Compras e contratações

Risco Final: **Pequeno**

Constatação no monitoramento:

Nas contratações realizadas com a execução da auditoria foram observados o termo/declaração por parte da empresa contratada, que ela não possui dirigentes ou empregados em sua composição societária com qualquer relação junto ao CFQ.

2.1.2 Inconsistências de informações na fiscalização e prestação do serviço

Risco Preliminar: **Alto**

Subprocesso: Gestão/Fiscalização de Contratos

Risco Final: **Pequeno**

Constatação no monitoramento:

Para os processos analisados pela auditoria permanece sem errata ou justificativa sobre as situações apontadas.

Recomendação:

Reiteramos que a entidade busque melhorar os controles e o processo de formalização e a devida gestão e fiscalização contratual, que permitam de forma clara e objetiva a averiguação das entregas parciais e definitivas, sem quaisquer riscos, subjetividade ou inconsistências no rito processual.

2.1.3 Ausência de evidências

Risco Preliminar: **Alto**

Subprocesso: Gestão/Fiscalização de Contratos

Risco Final: **Pequeno**

Constatação no monitoramento:

Observamos inexistência de riscos significativos remanescentes.

2.1.4 Ausência de assinaturas - checklist de documentos

Risco Preliminar: Moderado

Subprocesso: Gestão/Fiscalização de Contratos

Risco Final: Pequeno

Constatação no monitoramento:

Nas contratações realizadas foram observados os checklists de documentos contendo a página de identificação da verificação e assinatura do responsável.

2.1.5 Ausência de assinatura - Homologação

Risco Preliminar: Alto

Subprocesso: Compras e contratações

Risco Final: Pequeno

Constatação no monitoramento:

Observamos a resolução definitiva da demanda, não havendo riscos significativos remanescentes.

2.1.6 Ausência de termo de adjudicação - Jurídico

Risco Preliminar: Alto

Subprocesso: Compras e contratações

Risco Final: Pequeno

Constatação no monitoramento:

Observamos a resolução definitiva da demanda, não havendo riscos significativos remanescentes.

2.1.7 Inconsistência - Mapa de Riscos

Risco Preliminar: Moderado

Subprocesso: Compras e contratações

Risco Final: Pequeno

Constatação no monitoramento:

Observamos a resolução definitiva da demanda, não havendo riscos significativos remanescentes.

2.1.8 Inconsistências estoque

Risco Preliminar: Alto

Subprocesso: Estoque

Risco Final: Pequeno

Constatação no monitoramento:

Para o período de 11/23 não há qualquer divergência entre os saldos contábeis e saldos de controle do almoxarifado, evidenciando a devida conciliação.

2.1.9 Ausência de informações reavaliação - Patrimônio

Risco: Crítico

Subprocesso: Patrimônio / Contabilidade

Risco Final: Moderado

Constatação no monitoramento:

Observamos o envio do relatório analítico dos bens contendo o valor da reavaliação e apresentando a resolução definitiva da demanda, não havendo riscos significativos remanescentes.

2.1.10 Limitação de Escopo - Patrimônio

Risco Preliminar: Crítico

Subprocesso: Patrimônio

Risco Final: Alto

Constatação no monitoramento:

Observamos o envio dos Alvarás de Licença de Uso e Funcionamento de Cuiabá/MT. Entretanto, não foi disponibilizado o Alvará do Imóvel localizado em Teresina/PI e os Autos de Vistoria de Cuiabá e Teresina.

Recomendação:

Recomendamos ao setor responsável juntamente com os conselhos regionais no quais os imóveis estão cedidos, buscar juntos aos órgãos competentes a devida regularização.

2.1.11 Limitação de Escopo - Estoque

Risco Preliminar: Crítico

Subprocesso: Estoque

Risco Final: Pequeno

Constatação no monitoramento:

Observamos o envio do relatório analítico das baixas contendo o detalhamento dos itens e valores, consequentemente apresentando a resolução definitiva da demanda, não havendo riscos significativos remanescentes.

2.2 Macroprocesso da função financeira

2.2.1 Limitação de Escopo

Risco Preliminar: Crítico

Subprocesso: Contas a Pagar

Risco Final: Pequeno

Constatação no monitoramento:

Observamos o envio do relatório analítico das baixas contendo o detalhamento dos itens e valores, consequentemente apresentando a resolução definitiva da demanda, não havendo riscos significativos remanescentes.

2.2.2 Ausência de avaliação posterior - Convênios

Risco Preliminar: Crítico

Subprocesso: Convênios

Risco Final: Moderado

Constatação no monitoramento:

No tocante ao normativo que abrange a concessão de auxílios financeiros e doações, verificamos a Resolução Normativa 306/2022. Entretanto, não consta evidências claras de análise do resultado posterior à liberação do recurso.

Recomendação:

Recomendamos a criação de dossiês contendo as decisões, deliberações e análises sobre as prestações de contas contendo avaliação do previsto x realizado e do alcance dos objetivos propostos no convênio.

2.3 Macroprocesso da função pessoas

2.3.1 Processos manuais

Risco Preliminar: Alto

Subprocesso: Folha de Pagamento e Benefícios

Risco Final: Pequeno

Constatação no monitoramento:

Verificamos os arquivos de integração de folha e resolução do apontamento.

2.3.2 Ausência de documentos - Dossiês

Risco Preliminar: Crítico

Subprocesso: Folha de Pagamento e Benefícios

Risco Final: Pequeno

Constatação no monitoramento:

Visualizamos as pastas funcionais dos colaboradores e verificamos que constam os dossiês atualizados.

2.3.3 Avaliação de desempenho

Risco Preliminar: Pequeno

Subprocesso: Avaliação de Desempenho

Risco Final: Pequeno

Constatação no monitoramento:

Visualizamos que as avaliações estão devidamente assinadas pelo colaborador e gestor imediato.

2.4 Macroprocesso Tecnologia da Informação

2.4.1 Política de Segurança da Informação (POSIN) sem ciência de colaboradores

Risco Preliminar: Alto

Subprocesso: Política de Segurança da Informação (POSIN)

Risco Final: Pequeno

Constatação no monitoramento:

Visualizamos as pastas funcionais dos colaboradores e verificamos que constam assinaturas do termo de ciência da POSIN.

2.4.2 Ausência de inventário completo dos ativos de software

Risco Preliminar: Alto

Subprocesso: Gestão de ativos de tecnologia da informação

Risco 2º Ciclo: **Pequeno**

Constatação no monitoramento:

Visualizamos documento contendo inventário dos ativos de software.

2.4.3 Realização de backups manuais

Risco Preliminar: **Moderado**

Subprocesso: Gestão de backups

Risco Final: **Pequeno**

Constatação no monitoramento:

Visualizamos evidências de cumprimento e solução do apontamento anteriormente apresentado.

2.4.4 Políticas desatualizadas

Risco Preliminar: **Alto**

Subprocesso: Plano de Ação de Tecnologia da Informação e Comunicação (PATIC) / Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

Risco Final: **Pequeno**

Constatação no monitoramento:

Verificamos que os planos mencionados se encontram vigentes.

2.5 Macroprocesso da função controles de governança e gestão

2.5.1 Plano de Gestão Anual da Ouvidoria (PGA0)

Risco Preliminar: **Moderado**

Subprocesso: Programa de Integridade

Risco Final: **Pequeno**

Constatação no monitoramento:

Verificamos que o Plano de Gestão Anual da Ouvidoria (PGA0) foi apresentado em conformidade.

2.6 Macroprocesso de comunicação

2.6.1 Ausência de métricas econômicas no PPA

Risco Preliminar: **Pequeno**

Subprocesso: Planejamento anual de comunicação

Risco Final: **Pequeno**

Constatação no monitoramento:

Diante da situação já apresentada, entende-se que o apontamento está resolvido.

2.6.2 Não cumprimento de metas

Risco Preliminar: **Alto**

Subprocesso: Efetividade da comunicação por meio dos Indicadores-Chaves de Performance (KPIs)

Risco Final: **Pequeno**

Constatação no monitoramento:

Verificamos Portaria com alteração das métricas dos indicadores e relatório apresentado pela área com as ações sendo cumpridas.

2.7 Macroprocesso de assessoria jurídica

2.7.1 Ausência de comunicação e provisionamento de contingências

Risco Preliminar: **Crítico**

Subprocesso: Atuação na aplicação da NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Risco Final: **Pequeno**

Constatação no monitoramento:

Verificamos o adequado provisionamento contábil das ações com prognóstico provável.

2.7.2 Ausência de norma interna para provisionamento de processos

Risco Preliminar: **Crítico**

Subprocesso: Atuação na aplicação da NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Risco Final: **Moderado**

Constatação no monitoramento:

Verificamos Portaria com alteração da periodicidade, consequentemente sanado o apontamento apresentado anteriormente.

2.7.3 Ausência de sistema de acompanhamento processual

Risco Preliminar: Alto

Subprocesso: Gestão do Contencioso do Conselho Federal de Química

Risco Final: Pequeno

Constatação no monitoramento:

Verificamos o contrato 45/2023 atendendo a demanda e solucionando o apontamento anteriormente apresentado.

3. Matriz de risco com apontamentos

IMPACTO	Catastrófico	5	10	15	20 (2.2.1)	25
	Grande	4	8 (2.1.3 / 2.1.5 / 2.1.6 / 2.7.2)	12 (2.4.2)	16 (2.2.2 / 2.3.2 / 2.7.1 / 2.7.3)	20 (2.1.9 / 2.1.10 / 2.1.11)
	Moderado	3 (2.3.3)	6 (2.1.4)	9 (2.1.2 / 2.1.8 / 2.4.1 / 2.4.4 / 2.6.2)	12 (2.3.1)	15 (2.1.1)
	Pequeno	2	4 (2.1.7 / 2.5.1)	6 (2.4.3)	8	10
	Insignificante	1	2	3 (2.6.1)	4	5
		Muito Baixa	Baixa	Possível	Alta	Muito Alta
PROBABILIDADE						

4. Matriz de risco residual

IMPACTO	Catastrófico	5	10	15	20	25
	Grande	4	8 (2.1.10)	12	16	20
	Moderado	3 (2.1.1/2.1.3/2.1.1/2.1.2/2.3.1/2.4.1/2.4.2/2.7.1/2.7.3)	6 (2.2.2)	9	12	15
	Pequeno	2 (2.3.2)	4 (2.7.2)	6 (2.1.9)	8	10
	Insignificante	1 (2.4.3/2.4.4/2.5.1)	2 (2.1.4/2.1.5/2.1.6/2.1.7/2.6.2)	3 (2.1.8/2.1.11/2.3.3/2.6.1)	4	5
		Muito Baixa	Baixa	Possível	Alta	Muito Alta
PROBABILIDADE						

5. Considerações Gerais

Apresentamos nosso relatório de levantamento de riscos e fragilidades de controle interno com base na estrutura integrada de controle interno definida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)* referente ao Monitoramento Final pela Auditoria Independente decorrente dos apontamentos e achados de auditoria preliminar realizado.

Observamos que houve neste segundo Ciclo uma redução considerável do nível de exposição de risco da instituição, demonstrando que entidade avançou nas políticas e procedimentos de controle que minimizam os potenciais riscos.

Verifica-se ainda pontos pendentes de resolução, necessitando de tratativas para uma próxima auditoria.

Nota-se que as áreas de controle têm atuado de maneira eficaz, impossibilitando o surgimento de novos fatores de risco ou no aumento significativo de risco nos diversos macroprocessos analisados.

Conclui-se que o trabalho de auditoria independente tem auxiliado na melhoria da cultura de risco na sinalização de eventos relevantes e no mapeamento deles por parte das áreas de controle e governança do CFQ.

Emerson Auditores e Consultores
Auditores Independentes